

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ 61.074.175/0001-38

GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
O controle acionário da Seguradora, estruturado para formação do Grupo BB MAPFRE, foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.

Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida para a Brasilveículos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013.
Em 2013 a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 4.525,1 milhões, representando recuo em relação ao exercício anterior de 15,4% devido, substancialmente, à transferência de carteira mencionada e lucro líquido de R\$ 216,7 milhões.
Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2013 os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no valor de R\$ 15,6 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP 464/13, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 843,5 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 20 fevereiro de 2014.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)
Prêmios emitidos	19b	4.525.081	5.348.329
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(275.209)	(902.394)
(=) Prêmios ganhos	19a	4.249.872	4.445.935
(+) Receita com emissão de apólices		(1.348)	189.231
(-) Sinistros ocorridos	19c	(2.655.135)	(2.809.730)
(-) Custos de aquisição	19d	(818.922)	(920.956)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19e	(155.942)	(113.967)
(-) Resultado com operações de resseguro	19f	(244.592)	(117.648)
(+) Receita com resseguro		565.820	517.811
(-) Despesas com resseguro		(810.412)	(635.459)
(-) Despesas administrativas	19g	(431.460)	(499.718)
(-) Despesas com tributos	19h	(154.338)	(112.878)
(+) Resultado financeiro	19i	288.913	200.571
(+) Resultado patrimonial		34.192	55.609
(=) Resultado operacional		111.240	316.449
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(144)	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		111.096	316.449
(-) Imposto de renda	20a	88.926	(48.670)
(-) Contribuição social	20a	53.129	(34.697)
(-) Participações sobre o resultado		(36.501)	(30.993)
(=) Lucro líquido		216.650	202.089
(/) Quantidade de ações		1.010.843.077	966.197.534
(=) Lucro líquido por ação - em Reais		0,21	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	216.650	202.089
Ajustes para:	(8.702)	-
Depreciação e amortizações	58.770	31.192
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	25.559	13.021
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	144	-
Resultado de equivalência patrimonial	(34.465)	(55.977)
Títulos e valores mobiliários	(6.726)	-
Títulos e valores mobiliários (controlada)	(1.976)	-
Variação nas contas patrimoniais:	(157.308)	(223.999)
Ativos financeiros	793.767	(609.888)
Créditos das operações de seguros e resseguros	389.407	(762.321)
Ativos de resseguro	(352.187)	(98.631)
Créditos fiscais e previdenciários	100.184	(89.894)
Ativo fiscal diferido	(146.539)	(64.446)
Despesas antecipadas	(3.079)	586
Custos de aquisição diferidos	75.526	(85.283)
Outros ativos	(62.113)	(171.477)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.420)	(399)
Impostos e contribuições	(155.076)	131.513
Outras contas a pagar	60.030	(4.121)
Débitos de operações com seguros e resseguros	40.026	285.244
Depósitos de terceiros	78.722	(25.922)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(420.505)	1.339.086
Provisões judiciais	(537.387)	127.332
Outros passivos	3.336	4.622
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	100.648	(33.674)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	100.648	(33.674)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

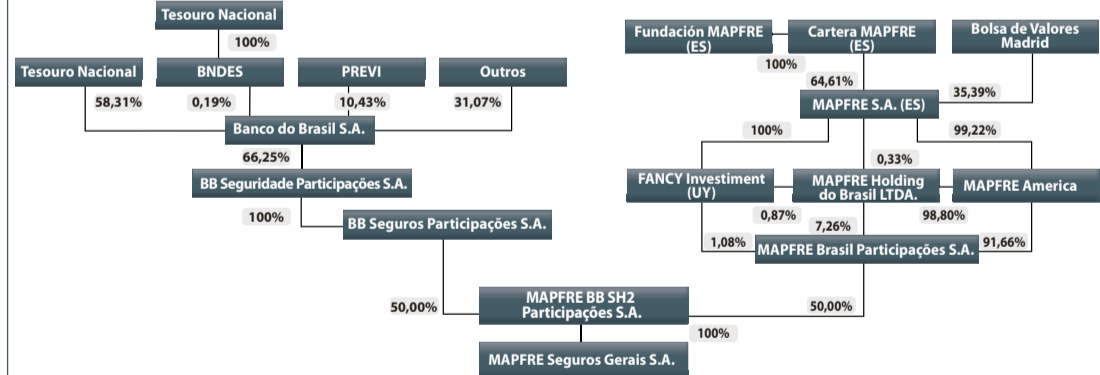
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS	216.650	202.089
Lucro líquido do exercício	216.650	202.089
Ajustes para:	41.306	(11.764)
Depreciação e amortizações	58.770	31.192
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	25.559	13.021
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	144	-
Resultado de equivalência patrimonial	(34.465)	(55.977)
Títulos e valores mobiliários	(6.726)	-
Títulos e valores mobiliários (controlada)	(1.976)	-
Variação nas contas patrimoniais:	(157.308)	(223.999)
Ativos financeiros	793.767	(609.888)
Créditos das operações de seguros e resseguros	389.407	(762.321)
Ativos de resseguro	(352.187)	(98.631)
Créditos fiscais e previdenciários	100.184	(89.894)
Ativo fiscal diferido	(146.539)	(64.446)
Despesas antecipadas	(3.079)	586
Custos de aquisição diferidos	75.526	(85.283)
Outros ativos	(62.113)	(171.477)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.420)	(399)
Impostos e contribuições	(155.076)	131.513
Outras contas a pagar	60.030	(4.121)
Débitos de operações com seguros e resseguros	40.026	285.244
Depósitos de terceiros	78.722	(25.922)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(420.505)	1.339.086
Provisões judiciais	(537.387)	127.332
Outros passivos	3.336	4.622
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	100.648	(33.674)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	100.648	(33.674)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objetivo social operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 21. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB MAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. A mudança da denominação social da MAPFRE Seguros Gerais S.A., anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 4.998 de 23 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 464, de 1 de março de 2013, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Circular SUSEP 464/13 revoga a circular SUSEP 430/12. As demonstrações financeiras são apresentadas contemplando as alterações introduzidas pela circular e foram ajustadas para fins de comparação. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC - 26 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185/09 e da Circular SUSEP nº 464/13.

Em virtude das alterações introduzidas pelas Circulares SUSEP 462/13 e 464/13, e para fins de melhor comparabilidade, foram reclassificados os riscos com emissão antecipada da rubrica Faturas emitidas antecipadamente no grupo "Compensação" para as rubricas de "Prêmios a receber", "Custo de aquisição diferidos", "Impostos e encargos sociais a recolher", "Corretores de seguros e resseguros", "Provisões técnicas", "Prêmios emitidos", "Variações das provisões técnicas de prêmios", "Custos de aquisição" e "Resultado com operações de resseguro" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2012	
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Ajustes	Saldos apresentados	Ajustes
Ativo						
Circulante	5.738.555	27.297	5.765.852	4.356.832	7.193	4.364.025
Disponível	42.623	-	42.623	37.922	-	37.922
Aplicações	1.938.486	-	1.938.486	1.602.469	-	1.602.469
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.094.767	24.859	2.119.626	1.506.126	6.423	1.512.549
Prêmios a receber	1.781.354	24.859	1.806.213	1.449.614	6.423	1.456.037
Operações com seguradoras	113.181	-	113.181	56.512	-	56.512
Operações com resseguradoras	200.232	-	200.232	-	-	-
Outros créditos operacionais	73.995	-	73.995	61.428	-	61.428
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	722.795	90	722.885	624.136	118	624.254
Títulos e créditos a receber	272.843	-	272.843	82.791	-	82.791
Outros valores e bens	167.792	-	167.792	96.473	-	96.473
Despesas antecipadas	1.778	-	1.778	2.364	-	2.364
Custos de aquisição diferidos	423.476	2.348	425.824	343.123	652	343.775
Seguros	423.476	2.348	425.824	343.123	652	343.775
Ativo não circulante	1.831.551	-	1.831.551	1.107.536	-	1.107.536
Realizável a longo prazo	1.192.660	-	1.192.660	521.054	-	521.054
Aplicações	664.490	-	664.490	190.619	-	190.619
Créditos das operações com seguros e resseguros	129.656	-	129.656	-	-	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	60.299	-	60.299	60.299	-	60.299
Títulos e créditos a receber	269.692	-	269.692	204.847	-	204.847
Custos de aquisição diferidos	68.523	-	68.523	65.289	-	65.289
Investimentos	429.434	-	429.434	407.473	-	407.473
Imobilizado	90.994	-	90.994	78.977	-	78.977
Intangível	118.463	-	118.463	100.032	-	100.032
Total do ativo	7.570.106	27.297	7.597.403	5.464.368	7.193	5.471.561
Passivo						
Circulante	5.162.256	27.297	5.189.553	3.429.513	7.193	3.436.706
Contas a pagar	458.410	1.738	460.148	327.711	424	328.135
Obrigações a pagar	145.438	-	145.438	151.385	-	151.385
Impostos e encargos sociais a recolher	131.664	1.738	133.402	102.016	424	102.440

Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iv. Empréstimos recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e às cosseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício. **v. Determinação do valor justo:** O IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nos IFRS para todas as mensurações do valor justo. O IFRS 13 não mudou a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas forneceu orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **i. Contratos de investimentos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e às variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agropneção. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BMEFBovespa. **ii. Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido em contrato de seguros é identificado, a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado para os períodos apresentados. **d) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Em junho de 2013 foi implementada a Provisão para Crédito de Liquidação Ouidosa - PCLD, a ser constituída sobre os prêmios a receber líquido de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência. A probabilidade de cancelamento não pagamento é determinada através da observação das características do seguro (informações cadastrais) e do seu comportamento em relação aos pagamentos ao longo de determinado período. Para minimizar possíveis distorções devido à sazonalidade de determinados produtos, as características e comportamentos de pagamento dos segurados foram analisadas por ramo. **ii. Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Outros valores e bens:** A Seguradora detém estoques de salvados mantidos para venda que são recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Quando da estimativa inicial, adotamos o procedimento de contabilizar para os veículos recuperáveis 38,00% da tabela FIP. Esses salvados são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados a venda e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos (LAT) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros são consideradas como um elemento de fluxo de caixa. Os veículos irreperáveis, com prazo de permanência contábil acima de 365 dias, são baixados contabilmente de acordo com a política de registro praticada pela Seguradora. **f) Outros créditos operacionais:** Estão registrados, substancialmente, o diferimento do agenciamento referente a contratos de comercialização em canais *Affinity*, em que o percentual calculado e o prazo para diferimento das despesas de comercialização são estipulados em cada contrato individualmente, de acordo com a característica da operação. **g) Investimentos: i. Participações societárias:** Os investimentos na MAPFRE Affinity Seguradora S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A. são avaliados por equivalência patrimonial e o investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **ii. Imóveis destinados à renda:** Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidas na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Seguradora contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilização até a data da mudança no seu uso. **h) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **i) Ativos intangíveis:** Outros intangíveis adquiridos pela Seguradora têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A rubrica: "Outros intangíveis" refere-se basicamente a "Software" e projetos da Seguradora conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. A amortização é calculada pelo prazo de 5 anos a partir da data em que estes estão disponíveis para uso e registro no resultado do período. A Seguradora adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescido dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o CPC 1 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados e nenhum ajuste ao valor recuperado foi identificado. **j) Classificação dos contratos de seguros e de investimentos:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que a SUSEP, por meio da Circular SUSEP/DECOM/GAB/Nº 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **k) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **l) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o insumo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **m) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro e/ou contratos de investimento com direitos a benefícios discricionários (DPF), são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **n) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de prêmios não ganhos (PNG) constituída pela parcela do prêmio coberto, líquido do custo inicial de contratação, quando cabível. Corresponde ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segundo no plano de constituição. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PNG-RVNE), representa o ajuste da PNG dada a existência de riscos vigentes mas não operacionalmente emitidos. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. Conforme disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios (PCP) deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2014, sendo que a mesma foi reclassificada para Outras Provisões Técnicas e está mantida sem atualização desde fevereiro de 2013, conforme permitido pela referida regulamentação. A Administração está avaliando eventuais impactos nos requeridos pela referida Circular. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) foi extinta pela Circular 462/13 e em seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Seguradora não apresentou necessidade de Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP). No Teste de Adequação de Passivos (TAP) de 31 de dezembro de 2013, não foi verificada necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), deve ser constituída, quando necessário, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual. Conforme Circular SUSEP nº 462/13 a Provisão para Despesas Administrativas (PDA), foi extinta e em seu lugar foi instituída a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de seguro cedido, com base nas atualizações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e a efetivação monetária nos termos da Legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNeR (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), quando necessário, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos mas não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos mas não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **o) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012 para as demonstrações financeiras referente a 2013, e nenhuma insuficiência foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEN e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas
Taxa de desconto
Grupo de ramo
Seguro de pessoas 79,0%
Seguro de danos 60,1%
Passivos financeiros: Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **q) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **r) Benefícios aos empregados:** **i. Obrigações de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **s) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **t) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **u) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, de seus objetivos estratégicos e financeiros. A Risco de seguro, • Risco de crédito, • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II, IERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas do Banco do Brasil e MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrangem desde a alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos e identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualificada da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análise de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento da Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar a Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através do compareto entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, accidental e consequentemente sujeito a oscilação. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e de vultosa seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição ao qual a Seguradora está exposta é minimizada em função das menor parcela dos riscos aceitos possuem importantes garantias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As principais exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)										
Região geográfica	Auto	%	Demais	% DPVAT	% Vida	Total	%			
Centro-Oeste	121.407	3%	53.758	1%	1.042	0%	5.444	0%	181.651	4%
Nordeste	153.670	4%	34.860	1%	1.945	0%	14.799	1%	205.274	6%
Norte	29.336	1%	10.499	0%	458	0%	886	0%	41.183	1%
Sudeste	1.751.766	40%	1.454.846	33%	92.488	2%	95.719	2%	3.394.819	77%
Sul	413.377	9%	142.555	3%	3.974	0%	11.603	0%	574.509	13%
Total	2.469.556	57%	1.696.518	38%	99.907	2%	128.455	3%	4.394.436	100%
Líquido de resseguro (**)										
Região geográfica	Auto	%	Demais	% DPVAT	% Vida	Total	%			
Centro-Oeste	121.381	3%	25.061	1%	1.042	0%	5.425	0%	152.909	4%
Nordeste	153.642	4%	22.172	1%	1.945	0%	14.768	1%	192.527	6%
Norte	29.336	1%	6.176	0%	458	0%	886	0%	36.856	1%
Sudeste	1.749.404	49%	698.784	20%	92.488	2%	94.333	3%	2.635.209	74%
Sul	413.303	12%	105.477	3%	3.974	0%	11.544	0%	534.298	15%
Total	2.467.066	69%	857.670	25%	99.907	2%	127.156	4%	3.551.799	100%
Bruto de resseguro (*)(**)										
Região geográfica	Auto	%	Demais	% DPVAT	% Vida	Total	%			
Centro-Oeste	199.641	4%	66.981	1%	6.897	0%	475	0%	273.994	5%
Nordeste	298.017	6%	47.862	1%	12.313	0%	18.981	0%	377.173	7%
Norte	59.497	1%	11.937	0%	3.712	0%	71	0%	75.217	1%
Sudeste	2.658.207	51%	1.176.250	23%	45.166	1%	14.393	0%	3.894.016	75%
Sul	485.069	9%	184.367	3%	14.335	0%	397	0%	648.168	12%
Total	3.700.431	71%	1.487.397	28%	82.423	1%	34.317	0%	5.304.568	100%
Líquido de resseguro (*)(**)										
Região geográfica	Auto	%	Demais	% DPVAT	% Vida	Total	%			
Centro-Oeste	199.289	4%	24.857	1%	6.897	0%	462	0%	231.505	5%
Nordeste	297.746	7%	27.929	1%	12.313	0%	18.971	0%	356.959	8%
Norte	59.469	1%	6.912	0%	3.712	0%	70	0%	70.163	1%
Sudeste	2.653.444	59%	521.322	12%	45.166	1%	12.748	0%	3.232.680	72%
Sul	484.848	11%	121.899	3%	14.335	0%	352	0%	621.434	14%
Total	3.694.796	82%	702.919	17%	82.423	1%	32.603	0%	4.512.741	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 20.645 (R\$ 20.525 em 2012).
(**) Não contempla a emissão antecipada de prêmios no montante de R\$ 23.236.

Sensibilidade do risco de seguro: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no número de resultados de data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou o crescimento dos sinistros e o crescimento acumulado dos sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para Seguradora com base nos estudos realizados foi de 9,78%. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o patrimônio líquido e o resultado em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	2013	2012
Fatores de riscos	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultado
a. Provisões técnicas	Alteração das principais premissas	
Total	Total das provisões técnicas	(9.884) (21.366)
a.1. IBNR	Aumento Coeficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(9.884) (21.366)
b. Sinistralidade	Elevação de 5% na sinistralidade	(100.558) (103.848)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito

aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a resseguradora do Grupo MAPFRE. **Gerenciamento do risco de crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. O *Rating* dos resseguradores dos contratos facultativos em 31 de dezembro de 2013 era:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Alguns fatores de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's Fitch Rating e Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração, cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros do Grupo da Seguradora.

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de uma Seguradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transferência de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é mitigado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descaimentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset and Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o cuidado dos fluxos de caixa de ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes meses. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revistas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

2013	A Vencer em		A Vencer entre		A Vencer acima		Total
	até 1 ano	1 e 3 anos	1 e 3 anos	de 3 anos	de 3 anos		
Caixa e equivalentes de caixa	109.757	-	-	-	-	-	109.757
Valor justo por meio do resultado	311.591	-	339.154	-	155.725	806.470	1.516.920
Disponível para venda	-	-	-	-	158.510	158.510	158.510
Mantidos até o vencimento	185.459	147.017	-	-	511.062	843.538	1.183.537
Créditos das operações de seguros e resseguros	1.729.560	70.970	-	-	-	1.800.530	1.870.500
Outros ativos	472.939	13.742	-	-	-	486.681	959.620
Total dos ativos financeiros	2.809.306	570.883	339.154	155.725	825.297	4.205.486	8.570.261

2012 (reapresentado)	A Vencer em		A Vencer entre		A Vencer acima		Total
	até 1 ano	1 e 3 anos	1 e 3 anos	de 3 anos	de 3 anos		
Caixa e equivalentes de caixa	42.623	-	-	-	-	-	42.623
Valor justo por meio do resultado	1.911.930	-	-	-	-	-	1.911.930
Disponível para venda	-	-	-	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	25.439	163.802	-	-	689.241	878.482	1.067.962
Créditos das operações de seguros e resseguros	2.119.626	129.656	-	-	-	2.249.282	2.458.564
Outros ativos	297.214	688	-	-	-	297.902	595.116
Total dos ativos financeiros	4.396.832	794.146	163.802	689.241	5.190.978	5.190.978	10.381.974

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 10.390 (R\$ 9.870 em 2012), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Em análise dos passivos correspondentes não foram identificados riscos de liquidez. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria de Finanças e a MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 5.070. No período analisado, as posições que mais contribuíam em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixadas e índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e a premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 1.809.209 de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 843.538 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", e R\$ 105.615 referentes ao Convênio DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 860.056.

Fator de Risco	2013		2012	
	Impacto no Patrimônio Líquido		Impacto no Patrimônio Líquido	
Taxa de Juros	-	-	-	-
Elevação de taxas	(1.903)	(16.945)	-	-
Redução de taxas	1.390	18.454	-	-

Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões gerenciais aceitos de comportamento empresarial).

Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e fundamentação e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, onde a matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar e o cenário em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os incluir de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital: O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período atual e em períodos anteriores, a Seguradora manteve nível de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP, sendo elas: CMR - Resolução CNSP nº 282 de 2013, art. 2º, item III; Risco de Subscrição - Resolução CNSP nº 280 de 2013; Risco de Crédito - Resolução CNSP nº 228 de 2010 e Risco Operacional - Resolução CNSP nº 283 de 2013.

Patrimônio líquido	2013		2012	
	1.809.446	1.545.498	(430.669)	(422.335)
Participações societárias	(3705)	(1.778)	-	-
Despesas antecipadas	(345.646)	-	-	-
Créditos tributários e prejuízos fiscais	(175.840)	(118.663)	-	-
Ativos intangíveis	(148)	-	-	-
Obras de arte	853.438	1.002.774	-	-

Patrimônio líquido ajustado (a)
Patrimônio líquido necessário - por prêmio
Patrimônio líquido necessário - por sinistro
Margem de solvência (b)
Capital base - CB
Capital de Risco (Subscrição, Crédito e Operacional) (CR)
Capital risco de subscrição
Capital risco de crédito
Correlação entre Capitais de Subscrição e Crédito
Capital de risco operacional
Capital Mínimo Requerido (c)
Suficiência de capital (d = a - c)
Suficiência de capital (d/c)

(c) CMR = Máximo (Capital Base, Capital de Risco, Margem de Solvência)
Destaca-se que o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) de 2012 foi elaborado de acordo com os normativos vigentes à época, onde o CMR era maior valor entre capital base somado ao capital de risco ou margem de solvência.

5. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras	2013		2012	
	806.470	100%	1.911.930	100%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	806.470	100%	1.911.930	100%
Carteira própria				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2.219	0%	1.676	0%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	0%	2.179	0%
Letras financeiras (LF)	-	0%	2.240	0%
Quotas de fundos não exclusivos	-	0%	147.307	8%
Fundos exclusivos				
Debêntures	93	0%	-	0%
Fundos de investimentos - abertos/outros	18.380	2%	61.180	3%
Quotas de fundos DPVAT	105.615	13%	84.607	5%
Fundos no exterior	-	0%	328	0%
Letras do tesouro nacional (LTN)	124.915	16%	509.259	27%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	245.447	31%	10.205	1%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	667	0%	267.585	14%
Opções de futuros	5	0%	-	0%
Operações compromissadas	-	0%	26.948	1%
Over	179.699	22%	655.681	34%
Títulos da dívida agrária (TDA)	129.430	16%	142.735	7%
Ativos disponíveis para venda	158.510	100%	-	-
Carteira própria				
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	67.114	42%	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	91.396	58%	-	-
Ativos mantidos até o vencimento	843.538	100%	689.241	100%
Carteira própria				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	99.295	12%	117.014	17%
Fundos exclusivos				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26.795	3%	20.741	3%
Debêntures	23.981	3%	20.086	3%
Letras do tesouro nacional (LTN)	18.259	2%	-	0%
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	15.879	2%	-	0%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	150.624	18%	120.898	17%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	508.705	60%	410.502	60%
Outras aplicações	691	100%	1.805	100%
Total	1.809.209	100%	2.602.976	100%

b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Transfê- rência		Resgates	Ajuste Rendimentos/ TVM(*)		2013
	2012	Aplicações		Atualizações	2012	
Fundo de investimento exclusivo	2.393.042	-	426.773 (1.498.330)	-	121.062	1.442.547
Fundo de investimento - DPVAT	84.607	-	26.435 (11.152)	-	5.725	105.615
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.179	-	(2.345)	-	166	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	119.104	-	2.500 (27.728)	-	7.970	101.846
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	70.785	(5.798)	2.127	67.114
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	156.588 (62.774)	(5.413)	2.995	91.396
Letras financeiras (LF)	2.240	-	(2.435)	-	195	-
Outras aplicações	1.804 (1.436)	-	-	-	323	691
Total	2.602.976 (1.436)	683.081 (1.604.764)	(11.211)	140.563	1.809.209	

(*) Bruto de impostos e não contempla o ajuste TVM (controlada) no montante de R\$ (3.293).

Descrição	Transfê- rência		Resgates	Ajuste Rendimentos/ TVM		2012
	2011	Aplicações		Atualizações	2011	
Fundo de investimento exclusivo	1.526.286	-	1.284.140 (592.850)	-	175.465	2.393.041
Fundo de investimento - DPVAT	63.971	-	31.836 (18.136)	-	6.936	84.607
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.009	-	-	-	171	2.180
Certificado de depósito bancário (CDB)	109.594	-	5.000 (5.156)	-	9.666	119.104
Letras financeiras (LF)	85.721	-	(89.002)	-	5.521	2.240
Outras aplicações	5.507	-	(3.703)	-	-	1.804
Total	1.793.088	-1.320.976 (708.847)	-	197.759	2.602.976	

c) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

2013	1 a 30 dias		Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo
	ou sem vencimento	31 a 180 dias				
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	324.806	700 (13.915)	494.879	806.470	806.470	-
Carteira própria						
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2.219	-	-	2.219	2.219	-
Fundos exclusivos						
Debêntures	-	-	93	93	-	-
Fundos de investimentos - abertos/outros	37.226	(18.846)	-	18.380	18.380	-
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	124.915	124.915	124.915	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	245.447	245.447	245.447	-
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	667	667	667	-
Opções de futuros	-	-	5	5	5	-
Over	179.699	-	-	179.699	179.699	-
Quotas e fundos constituídos - DPVAT	105.615	-	-	105.615	105.615	-
Títulos da dívida Agrária (TDA)	-	700	4.926	129.430	129.430	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	158.510	158.510	169.721 (11.211)	-
Carteira própria						
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	67.114	67.114	72.912 (5.798)	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	91.396	91.396	96.809 (5.413)	-
Ativos mantidos até o vencimento	185.459	-	658.079	843.538	817.635	25.903
Carteira própria						
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	99.295	99.295	99.295	-
Fundos exclusivos						
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	26.795	26.795	26.795	-
Debêntures	-	-	23.981	23.981	23.255	726
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	18.259	18.259	17.608	651
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	150.624	150.624	144.250	6.374
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	15.879	15.879	14.872	1.007
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	185.459	-	323.246	508.705	491.560	17.145
Outras aplicações	174	-	517	691	691	-
Outras aplicações	174	-	517	691	691	-
Total	510.439	700 (13.915)	1.311.985	1.809.209	1.794.517	14.692

2012	1 a 30 dias	
------	-------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e dedução do cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguro	Ano de ocorrência do sinistro						2013	Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
Montante estimado para os sinistros	853.653	1.004.509	1.143.483	1.365.944	1.793.498	2.514.737	2.050.855	10.726.679
• No ano da ocorrência	1.156.569	1.020.691	1.139.495	1.406.267	1.889.910	2.336.372		8.949.304
• Um ano após a ocorrência	1.078.342	1.029.226	1.184.943	1.436.609	1.856.237			6.585.357
• Dois anos após a ocorrência	1.069.768	1.035.114	1.182.819	1.406.555				4.694.256
• Três anos após a ocorrência	1.072.637	1.043.006	1.175.583					3.291.226
• Quatro anos após a ocorrência	1.075.018	1.037.057						2.112.075
• Cinco anos após a ocorrência	1.068.899							1.068.899
• Seis anos após a ocorrência	1.068.899							1.068.899
Estimativa dos sinistros na data base	(215.246)	(32.548)	(40.611)	(62.739)	(178.365)			(204.879)
Diferença entre as estimativas inicial e final	1.058.774	1.020.567	1.146.932	1.353.273	1.775.692	2.237.676	1.536.577	10.129.496
Pagamentos de sinistros efetuados	10.125	16.490	28.646	53.282	80.545	98.696	514.278	802.062
Passivo representado no quadro								683.063
Passivo em relação a anos anteriores a 2007								105.570
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT								1.590.695
Total de Passivo de Sinistros								

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de ocorrência do sinistro						2013	Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
• No ano da ocorrência	694.418	976.856	1.065.543	1.211.213	2.090.911	2.196.668	1.497.157	9.668.756
• Um ano após a ocorrência	683.429	812.846	1.031.045	1.252.953	2.211.145	1.973.661		8.028.889
• Dois anos após a ocorrência	684.062	882.447	1.053.046	1.279.027	2.250.010			6.148.592
• Três anos após a ocorrência	689.814	886.394	1.050.755	1.282.868				3.909.831
• Quatro anos após a ocorrência	694.981	897.794	1.093.572					2.686.347
• Cinco anos após a ocorrência	697.708	943.704						1.641.412
• Seis anos após a ocorrência	738.993							738.993
Estimativa dos sinistros na data base	738.993	943.704	1.093.572	1.282.868	2.250.010	1.973.461	1.497.157	9.779.765
Diferença entre as estimativas inicial e final	(44.575)	(30.858)	(28.029)	(71.655)	(159.099)	223.207		(111.009)
Pagamentos de sinistros efetuados	681.409	870.169	1.008.358	1.182.905	2.074.685	1.819.685	1.380.496	9.017.707
Passivo representado no quadro	57.584	73.535	85.214	99.963	175.325	153.776	116.661	762.508
Passivo em relação a anos anteriores a 2007								58.520
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT								105.570
Total de Passivo de Sinistros								926.148

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2013		2012		01/01/2012	
	Quantidade	Valor da Causa	Quantidade	Valor da Causa	Quantidade	Valor da Causa
Provisões técnicas	3.873.970	4.294.475	2.955.389	3.180.000	2.955.389	3.180.000
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(340.730)	(144.338)	(167.160)	(167.160)	(167.160)	(167.160)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(1.135.371)	(783.184)	(667.428)	(674.390)	(667.428)	(674.390)
Direitos creditórios	(704.272)	(960.634)	(674.390)	(674.390)	(674.390)	(674.390)
Provisões retidas pelo IRB	(174)	(146)	(188)	(188)	(188)	(188)
Depósitos judiciais	(550)	(550)	(68)	(68)	(68)	(68)
DPVAT	(105.570)	(84.578)	(63.947)	(63.947)	(63.947)	(63.947)
Total a ser coberto	1.057.303	2.321.045	1.382.208	1.382.208	1.382.208	1.382.208
Bens oferecidos em cobertura:						
Quotas e fundos de investimentos	1.548.494	2.301.844	1.540.155	1.540.155	1.540.155	1.540.155
Títulos de renda fixa - públicos	158.510	12.385	73.860	73.860	73.860	73.860
Títulos de renda fixa - privados	101.513	139.636	109.594	109.594	109.594	109.594
Total	1.808.517	2.453.865	1.723.609	1.723.609	1.723.609	1.723.609
Suficiência	221.214	132.820	341.401	341.401	341.401	341.401

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros	2013		2012	
	Quantidade	Valor da Causa	Quantidade	Valor da Causa
Provável	8.254	234.852	8.030	211.350
Total	8.254	234.852	8.030	211.350

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2013		2012	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
Até 2000	234	27.633	224	11.259
2001	69	2.484	79	1.954
2002	92	2.716	107	4.532
2003	124	2.982	155	4.579
2004	211	7.628	237	7.750
2005	305	16.366	323	21.781
2006	447	19.199	473	16.776
2007	566	16.866	592	20.527
2008	810	22.944	939	23.039
2009	1.072	28.296	1.192	27.155
2010	1.133	28.100	1.317	28.364
2011	1.399	31.035	1.557	28.143
2012	1.367	22.235	835	15.491
2013	425	6.668	-	-
Total	8.254	234.852	8.030	211.350

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	2013	2012
Saldo no início do exercício	211.350	168.284
Total pago no exercício	(8.744)	(24.460)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	-	24.460
Quantidade de ações pagas no período	87	2.008
Novas constituições no período	23.764	52.087
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	207	2.421
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	8.482	21.650
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	(6.211)
Saldo final do exercício	234.852	211.350

17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2013	2012	2013	2012
Natureza				
Fiscal	-	539.045	142	176
COFINS	-	499.657	-	-
PIS	-	39.388	-	-
Outros	-	-	142	176
Trabalhistas	8.784	7.126	9.386	7.932
Cível	4.000	4.000	312	312
Total	12.784	550.171	9.840	8.420

"Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam o valor de R\$ 550 (R\$ 550 em 2012). PIS e COFINS - Em novembro de 2013, com a finalidade de aproveitamento dos benefícios gerados pelo REFIN disposto pela Lei nº 12.865/13, a Seguradora optou por pagar os débitos que estavam suspensos por liminar e desistir dos processos judiciais que discutiam a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e aumentou a base de cálculo do PIS. Em setembro de 1999, a Seguradora impetrou Mandado de Segurança objetivando afastar as alterações trazidas na cobrança da COFINS impostas pela Lei nº 9.718/98 e obteve liminar para a suspensão da exigibilidade das cobranças. O Mandado de Segurança para o PIS é de dezembro de 2007, onde se alegou a inconstitucionalidade da Lei 9.718/98 e majoração da base de cálculo, no qual se obteve liminar. A partir de maio de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseadas em parecer de seus advogados, bem como o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CA/TM nº 2.773/07, a Seguradora reverteu à provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras. Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estavam provisionados e vinham sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Em outubro de 2013 as provisões totalizavam R\$ 574.527 de COFINS e R\$ 49.378 de PIS. Para a composição dos valores a pagar, a Seguradora incluiu na base de cálculo do PIS e COFINS, para todo o período compreendido no REFIN, os valores das receitas financeiras obtidas de ativos financeiros oferecidos em garantia das reservas técnicas, pois este é o entendimento externado pela Receita Federal do Brasil nas Soluções de Consulta números 91/2012 e 249/2012. Mesmo este não sendo o entendimento da empresa, este procedimento de inclusão das receitas financeiras na base de cálculo do PIS e da COFINS foi adotado a fim de garantir a adesão ao Programa REFIN da RFB. Considerou também as multas e os encargos impostos nas execuções fiscais propostas pela União no decorrer da discussão, que também não possuíam provisão, pois a probabilidade de perda das ações judiciais era considerada possível. Após a inclusão desses valores, o total da dívida constituída ficou em R\$ 919.992, sendo R\$ 847.749 abrangidos pelo REFIN, por terem o vencimento até dezembro de 2012 e R\$ 72.234 vencidos após janeiro de 2013. O pagamento foi feito à vista em novembro de 2013 para as dívidas abrangidas pelo REFIN e em dezembro de 2013 para os demais valores, no total de R\$ 525.584, com economia de R\$ 394.408 após a aplicação dos benefícios do REFIN. A parcela de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras do período de dezembro de 2012 a dezembro de 2013, não recolhidos por não estarem abrangidos pelo REFIN e conforme entendimento acima externado de que estes valores não compõem a base de cálculo das contribuições após maio de 2009 é de R\$ 10.723 de COFINS e R\$ 1.742 de PIS, atualizados pela SELIC até 31 de dezembro de 2013. PIS - A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos das Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 17/97 vigentes até janeiro de 1999, os valores não recolhidos nos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, atualizados pela SELIC até dezembro de 2013 são de R\$ 10.128 (R\$ 9.960 em 2012). A probabilidade de perda deste processo foi analisada como remota, por este motivo não foi constituída a provisão para perdas. **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. **Cível** - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação	2013		2012	
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	539.045	7.126	4.000	550.171
Constituições	127.529	2.151	-	129.680
Atualização monetária	66.678	-	-	66.678
Baixas	(733.252)	(493)	-	(733.745)
Saldo final	-	8.784	4.000	12.784

c) Composição das ações judiciais de naturezas trabalhistas e fiscal por probabilidade de perda	2013		2012	
	Quantidade	Valor Reclamado	Quantidade	Valor Reclamado
I - Fiscais	-	-	3	539.045
Provável	-	-	3	539.045
II - Trabalhistas	59	16.471	58	15.632
Provável	59	16.471	58	15.632
III - Cível	1	4.000	1	4.000
Provável	1	4.000	1	4.000
Total	60	20.471	62	558.677
Provável	60	20.471	62	558.677

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é R\$ 1.335.663 (R\$ 1.231.663 em 2012) e está representado por 1.010.843.077 (966.197.534 em 2012) ações ordinárias, sem valor nominal, sendo que o aumento de capital de R\$ 33.600 está em aprovação pela SUSEP. b) **Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Não foram propostos dividendos por não existir intenção de distribuição. c) **Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. d) **Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de março de 2013 com o saldo da Reserva de Lucros, é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. e) **Distribuição de resultados:** Para os resultados dos exercícios 2013 e 2012, a Administração propõe as seguintes distribuições:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	216.650	202.089
Constituição da reserva legal (5%)	(10.833)	(10.104)
Lucro líquido ajustado	205.817	191.985
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	51.454	47.996
Adicional dividendos propostos	(35.854)	(47.996)
Total de dividendos distribuídos	15.600	-
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	15.600	-
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.010.843.077	966.197.534
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,02	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.600	-
(+) Distribuição de dividendos do exercício		
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	(15.600)	-
(-) Pagamentos		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação	Prêmios Ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Automóveis	1.833.293	1.937.903	68,49%	69,40%	21,64%	23,30%
Responsabilidade civil facultativa	568.477	630.111	64,89%	57,80%	17,01%	13,70%
Riscos diversos	90.130	80.674	66,99%	77,50%	26,82%	23,00%
Garantia estendida	111.743	126.209	24,76%	35,20%	106,91%	72,00%
Compreensivo residencial	98.372	78.217	52,86%	62,60%	38,38%	42,80%
Penhor rural - instituição financeira privada	142.150	54.088	62,15%	45,60%	17,47%	28,30%
Acidentes pessoais passageiros	29.195	47.279				

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
MAPFRE Seguros Gerais S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Conforme descrito na Nota 3n, de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, anteriormente requerida pela SUSEP, deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para reversão integral até 31 de dezembro de 2014. A Seguradora reclassificou o saldo para Outras Provisões Técnicas e manteve o saldo registrado desde fevereiro de 2013. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP, em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 15.222 mil, líquidos de resseguro, sendo R\$ 9.133 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 625 mil, sendo R\$ 375 mil, líquidos de resseguro e dos efeitos tributários.

b) A Seguradora possui a totalidade das ações da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. que é avaliada com base no método de equivalência patrimonial. Essa controlada utiliza como critério contábil as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios- PCP. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2013 a participação societária registrada na rubrica de investimentos, referentes a essa controlada, está subavaliado no montante de R\$ 14.677 mil, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado no montante de R\$ 281 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Ajustes e reclassificações de anos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa 2 (b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 (b), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras reapresentadas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3

Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira

Contador CRC-1SP232769/O-1

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira

Diretor Presidente

Roberto Barroso

Diretor Vice-Presidente

Alencar Rodrigues Ferreira Júnior

Benedito Luiz Alves Dias

Carlos Alberto Landim

Dirceu Tiegs

Jabis de Mendonça Alexandre

Luiz Gustavo Braz Lage

Maurício Galian

Raphael de Luca Júnior

Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves CRC 1SP183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Okada - MIBA 1.031